

Análise Política

Ano 3, 62ª Edição - Brasília, 03/02/2022



Sistema**OCB**

somos**COOP**

O que a Mensagem do Executivo tem a dizer sobre o ano político em 2022

A primeira semana de fevereiro corresponde à abertura do ano no Congresso Nacional após o retorno do recesso parlamentar. Apesar do ano legislativo ter uma janela de oportunidade menor, por conta do processo eleitoral, acreditamos que os primeiros meses do ano serão bastante movimentados em termos de votações legislativas. Para o cooperativismo, chamam atenção, principalmente, o avanço de marcos setoriais, tais quais o PLP 27/2020, que moderniza a lei das cooperativas de crédito (LC 130/2009)”.

Nesta 62^a edição da Análise Política, pretendemos apresentar os principais pontos tratados na Mensagem do Executivo ao Congresso Nacional, documento enviado pelo Presidente da República ao Poder Legislativo no início de cada ano contendo as principais prioridades do governo. A partir do documento, iremos relacionar quais prioridades governamentais possuem confluência com as prioridades do cooperativismo para 2022.



Mensagem do Executivo ao Congresso Nacional

Durante a cerimônia de abertura do ano no Congresso Nacional, é costumaz o envio, pelo Poder Executivo, do documento **Mensagem ao Congresso Nacional**. O texto, desenvolvido desde os tempos do Império, realiza um panorama do cenário socioeconômico do país e traz as principais prioridades elencadas pelo Governo Federal. Neste ano, o **documento cita o cooperativismo em três oportunidades** e aborda temas de grande relevância para nosso modelo de negócios, como a Reforma Tributária, crédito rural, inclusão financeira e conectividade. A tônica do atual texto foi apresentar as conquistas obtidas pelo governo federal, colocando em pauta quais são os próximos passos necessários para a conclusão dessas entregas ainda na atual legislatura.

A mensagem foi dividida nos seguintes alicerces:

- **Política de Desenvolvimento Econômico e Bem-Estar**
- **Relacionamento com o Congresso Nacional, Entes Federados e Sociedade Civil**
- **Política Econômica**
- **Políticas Sociais**
- **Política Externa e Comércio Exterior**
- **Gestão Pública**
- **Defesa Social e Soberania**
- **Segurança Institucional**

O Presidente da
República, Jair
Bolsonaro,
procedendo a
leitura da
Mensagem do
Executivo ao
Congresso
Nacional em 2022.



Citação ao cooperativismo de crédito



Desenvolvimento do cooperativismo de crédito (página 23)

Uma das principais políticas implantadas pelo atual governo para o desenvolvimento do sistema financeiro nacional foi o lançamento da Agenda BC#. Organizada em cinco dimensões: inclusão financeira, competitividade, transparência, educação financeira e sustentabilidade, **desde sua concepção, a Agenda BC# cita o cooperativismo de crédito como ferramenta essencial para a maior inserção da população brasileira no sistema financeiro.**

Na Mensagem do Executivo ao Congresso Nacional, **o cooperativismo de crédito obteve menção direta que traz uma perspectiva favorável ao avanço da proposição legislativa que tem por objetivo o desenvolvimento do modelo: o PLP 27/2020**. O documento expõe que:

“As ações da dimensão “Inclusão” têm por objetivo facilitar o acesso ao mercado financeiro a todos os públicos por meio da simplificação e desburocratização de procedimentos. (...) **Para 2022, são esperados o desenvolvimento de projetos ligados ao cooperativismo de crédito (...)**”.

O **PLP 27/2020** aprimora as regras de gestão e governança das cooperativas de crédito e possibilita a ampliação da oferta de produtos e serviços. Além disso, amplia também a competência do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BCB) para a normatização da matéria e estabelece regras mais pormenorizadas acerca do sigilo das operações realizadas com as cooperativas de crédito. [Acesse nosso site para saber mais.](#)



Citação ao cooperativismo agropecuário



Política agrícola e medidas de apoio creditício ao cooperativismo agropecuário (página 109)

Segundo a Mensagem do Executivo, “**Medidas de apoio creditício, financeiro e de assistência técnica aos produtores rurais e cooperativas** foram ampliadas, com efeitos benéficos para o setor. Nessa linha, o Plano Safra 2021/2022 disponibilizou R\$ 251,2 bilhões em recursos para o crédito rural (...) já o Fundo de Defesa da Economia Cafeeira (Funcafé) destinou R\$ 5,9 bilhões nas operações de crédito de custeio, comercialização, aquisição de café e capital de giro para indústrias do setor cafeeiro, e recuperação de cafezais danificados pela geada, por meio de contrato com 34 agentes financeiros, **atendendo mais de 28 mil beneficiários entre produtores e cooperativas**”.

O Sistema OCB atuou intensamente em 2021 visando garantir os recursos necessários para o Plano Safra 21/22. Agora no início de 2022, estamos mantendo interlocução constante com o Poder Executivo, visando a edição de políticas públicas que promovam suporte às cadeias produtivas impactadas pela estiagem vivenciada pelos produtores rurais do país, com foco no aprimoramento da política de seguro rural, bem como expansão de recursos emergenciais para o setor. [Acesse nosso site para mais informações sobre o tema.](#)



Tema de impacto: Reforma Tributária



Reforma Tributária (página 213)

Durante o discurso proferido pelo Presidente da República, o mandatário elencou a Reforma Tributária como uma das prioridades para o ano legislativo de 2022. O documento traz o seguinte parágrafo: “Na área tributária, **o Congresso Nacional deve analisar os projetos de Reforma Tributária enviados pelo Poder Executivo, com o objetivo de simplificar o sistema tributário brasileiro, ao extinguir tributos e estimular a competitividade das empresas.** A parte que versa sobre o Imposto de Renda já foi aprovada pela Câmara dos Deputados e aguarda análise pelo plenário do Senado Federal. Já a parte que trata da tributação sobre valor agregado e que prevê a criação da Contribuição Social sobre Bens e Serviços (CBS), que substituirá dois tributos (PIS/Pasep e Cofins), ainda aguarda análise das duas Casas Legislativas”.

No âmbito do Senado Federal, há a perspectiva de que a PEC 110/2019 entre na pauta da Comissão de Constituição e Justiça ainda em fevereiro. **O Sistema OCB defende que a alteração na política tributária do país só será efetiva caso haja a aprovação da emenda 8, que garante o adequado tratamento tributário ao ato cooperativo no texto da proposta.**

Para mobilizar ainda mais os parlamentares e a sociedade em favor do pleito, **a OCB, em conjunto com a Frecoop, criou o movimento #atocooperativonapec110.** A hashtag tem sido utilizada por instituições, cooperativas e cooperados, entre outros, para a publicação de conteúdo, comentários e interações que defendam a inclusão do dispositivo na Reforma Tributária, marcando, inclusive, os deputados e senadores para que se atentem para a importância da matéria. [Acesse nosso site para saber mais.](#)



Tema de impacto: Expansão da conectividade rural



Expansão da conectividade (página 152)

Outro ponto de grande importância para o cooperativismo citado no documento foram as propostas para expansão da conectividade no país. O documento cita:

“Na linha da atualização dos marcos regulatórios do setor de telecomunicações, **as recentes alterações garantiram o uso mais amplo do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (Fust)**” (...) Destacam-se, ainda, duas importantes medidas que estão em discussão no âmbito do Governo. A primeira delas é a redução e racionalização da carga tributária incidente sobre os serviços de telecomunicações no País”.

O Sistema OCB atuou tanto no Legislativo, quanto no Executivo, visando a sanção da Lei 14.109/2020, que ampliou a destinação de recursos do Fust para a área de conectividade rural. **O trabalho desenvolvido foi reconhecido com a nomeação da nossa entidade para o Grupo Gestor da Câmara Agro 4.0**, ao lado do Ministério da Agricultura, das Comunicações e da Confederação Nacional da Indústria. Para 2022, estamos trabalhando junto às instâncias competentes visando a oficialização do Conselho Gestor no Fust com assento para o setor agropecuário, bem como a liberação de recursos do fundo, visando o início dos financiamentos à conectividade rural.

Em outra seara, estamos trabalhando junto às secretarias estaduais de Fazenda, bem como o Conselho Nacional de Política Fazendária, com o objetivo de aprovar um convênio que possibilite a redução do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), incidente sobre o serviço de conectividade rural, visando incentivar a oferta.



Tema de impacto: Sustentabilidade



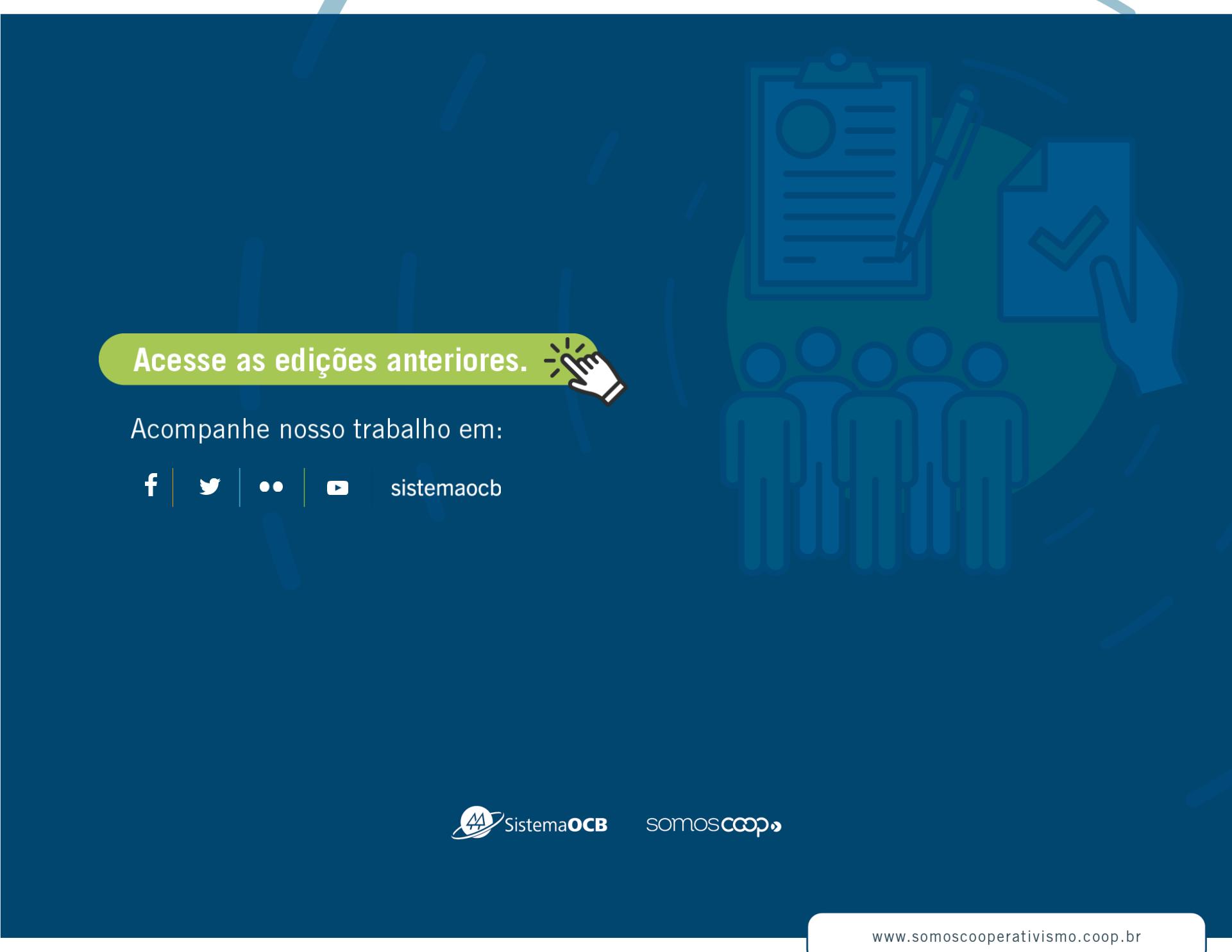
Políticas públicas de sustentabilidade ambiental (páginas 102 a 108)

“A participação brasileira COP26 foi marcada por relevantes conquistas e importantes comprometimentos firmados para engajar o mundo em direção a uma nova economia verde. Entre os anúncios feitos destacam-se os compromissos do Brasil de redução das emissões de gases do efeito estufa (GEEs) pela metade até 2030, com neutralidade climática em 2050, e de zerar o desmatamento ilegal em 2028 (...) Nesse contexto, com a publicação do Programa Nacional de Crescimento Verde (PNCV) **buscamos aliar o crescimento econômico ao desenvolvimento com iniciativas sustentáveis**, (...) Em 2021, o Programa Floresta + apresentou ainda outros componentes, além do Floresta + Carbono, já lançado em 2020, que busca fomentar o mercado voluntário de carbono florestal.”

Pelo Sistema OCB, fomentamos nossas cooperativas a serem cada vez mais sustentáveis. **Participamos presencialmente da COP26, em palestra realizada com a presença do Ministro do Meio Ambiente, Joaquim Leite, levando ao mundo as iniciativas de sustentabilidade ambiental promovidas pelo cooperativismo brasileiro.** Além disso, lançamos o [site Cooperação Ambiental](#), que pretende tornar permanente a divulgação dessas iniciativas.

Nossa entidade também é membro participante do Comitê Consultivo do Programa Floresta +, auxiliando a delinear a política pública para melhor atender às especificidades do modelo de negócios cooperativista. Além disso, atuamos no Poder Legislativo visando a aprovação de propostas relacionadas ao mercado de carbono e licenciamento ambiental. Por fim, também fomos protagonistas na sanção da Lei 14.119/2021, que institui a Política Nacional de Pagamento por Serviços Ambientais e no fomento à participação de cooperativas no Programa Adote um Parque





Acesse as edições anteriores.



Acompanhe nosso trabalho em:



somoscoop